



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

Reg. 05

CONTROLE DE PLENÁRIO		
EXPEDIENTE: <u>10</u> / <u>03</u> /2025		
Visto do Secretário: <u>[assinatura]</u>		
() PEDIDO DE VISTA	APROVADO EM: _____ / _____ /2025	
Visto do Secretário: _____		
() PEDIDO RETIRADA	APROVADO EM: _____ / _____ /2025	
Visto do Secretário: _____		
PEDIDO DE (RE) INCLUSÃO NA PAUTA _____ / _____ / _____		
Visto do Secretário: _____		
DECISÃO PLENÁRIA		
VOTAÇÃO: Único: _____ / _____ /2025		
() Aprovado	() Reprovado	Visto do Secretário: _____
VOTAÇÃO: Primeiro Turno: _____ / _____ /2025		
() Aprovado	() Reprovado	Visto do Secretário: _____
VOTAÇÃO: Segundo Turno: _____ / _____ /2025		
() Aprovado	() Reprovado	Visto do Secretário: _____



Requerimento nº 05 / 2025

Nos termos do Regimento Interno, conjugado com a Lei Orgânica do Município de Diamantino e ouvido Soberano Plenário, definido no artigo 193, inciso VI do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitar a retirada da matéria legislativa apresentada:

❖ **Projeto de Lei Legislativo nº 008/2025 - Autoriza a realização de sessões itinerantes da Câmara Municipal de Diamantino, em localidades e bairros do município.**

JUSTIFICATIVA

Em análise pela Comissão de Constituição e Justiça, foi verificada no Parecer Jurídico nº 002/2025 refere-se ao PLL nº 008/2025 que a proposição sucumbe a veículo normativo adequado para tratar de matéria interna corporis, bem como alterar o Regimento Interno e ainda se recomenda que seja precedido de apresentação de Projeto de Resolução, que é instrumento adequado.

Dessa forma requeiro a sua retirada, em tempo hábil.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 10 de março de 2025

Monnize da Costa Dias Zangeroli
Vereadora - União



EXPEDIENTE	DECISÃO PLENÁRIA - Data: ____/____/2025	
Data: <u>03</u> / <u>02</u> /2025	() APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: _____

PROJETO DE LEI Nº 8/2025.

Autoriza a realização de sessões itinerantes da Câmara Municipal de Diamantino, em localidades e bairros do município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a realização de sessões itinerantes da Câmara Municipal de Diamantino, em diversas localidades e bairros do município, com o objetivo de aproximar os vereadores da população, promover o acesso à informação e fortalecer o exercício da cidadania.

Art. 2º. As sessões itinerantes poderão ser realizadas em diferentes pontos do município, com a definição dos locais e datas a serem estabelecidas em calendário a ser aprovado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 3º. As sessões itinerantes deverão ser previamente divulgadas, com ampla divulgação à população, através de meios de comunicação oficiais e alternativos, a fim de garantir a participação popular.

Art. 4º. As sessões itinerantes terão a mesma formalidade e deliberação das sessões ordinárias da Câmara Municipal, sendo registrados em ata os assuntos discutidos e as propostas apresentadas durante os encontros.

Art. 5º. A realização das sessões itinerantes terá caráter consultivo, sendo uma oportunidade para que os cidadãos apresentem demandas, críticas, sugestões e questionamentos diretamente aos vereadores.

Art. 6º. A Câmara Municipal poderá firmar parcerias com a Prefeitura Municipal, entidades civis e outros órgãos públicos ou privados, a fim de garantir a realização das sessões de maneira adequada e com a participação da comunidade.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 21 de janeiro de 2025


Monnize da Costa Dias Zangeroli
Vereadora – União Brasil



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa permitir à Câmara Municipal de Diamantino a realização de sessões itinerantes, aproximando os vereadores da população e tornando o processo legislativo mais acessível a todos os cidadãos. A medida visa também fomentar a participação ativa da sociedade nas decisões do poder legislativo local, permitindo que os moradores de bairros e localidades mais distantes possam apresentar suas demandas diretamente aos representantes do poder público.

As sessões itinerantes são uma ferramenta importante para promover a transparência das ações da Câmara Municipal, além de possibilitar o esclarecimento de dúvidas e o debate sobre questões de interesse local. Com o deslocamento das sessões para diferentes regiões do município, busca-se atingir um público mais amplo, especialmente aqueles que, por questões geográficas ou financeiras, têm dificuldade em participar das sessões ordinárias realizadas na sede da Câmara.

Outro ponto relevante é que a medida contribui para a ampliação da democracia e a inclusão social, ao garantir que todas as vozes da população, independentemente de sua localização, tenham a oportunidade de serem ouvidas. A presença dos vereadores nas comunidades permite ainda um maior conhecimento sobre os problemas locais e facilita a identificação de soluções mais adequadas às necessidades da população.

Com a realização das sessões itinerantes, espera-se fortalecer o vínculo entre o poder legislativo e os cidadãos, promovendo um ambiente mais participativo e democrático, no qual as ações da Câmara Municipal reflitam as reais demandas da população de Diamantino.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que visa a melhoria da comunicação, da transparência e da participação popular nas decisões legislativas do município.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 21 de janeiro de 2025


Monnize da Costa Dias Zangeroli
Vereadora – União Brasil



ASSESSORIA JURÍDICA

PROTOCOLO Nº. ____/2025	Data: ____/____/2025	Hora: ____:____min	Assinatura: _____
-------------------------	----------------------	--------------------	-------------------

PARECER N.º 02/2025

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 08/2025

Autoria: VERª MONNIZE DA COSTA DIAS ZANGEROLI - UNIÃO

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa autorizar a realização de sessões itinerantes da Câmara Municipal de Diamantino, em localidades e bairros do município.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

"O presente Projeto de Lei visa permitir à Câmara Municipal de Diamantino a realização de sessões itinerantes, aproximando os vereadores da população e tornando o processo legislativo mais acessível a todos os cidadãos. A medida visa também fomentar a participação ativa da sociedade nas decisões do poder legislativo local, permitindo que os moradores de bairros e localidades mais distantes possam apresentar suas demandas diretamente aos representantes do poder público. As sessões itinerantes são uma ferramenta importante para promover a transparência das ações da Câmara Municipal, além de possibilitar o esclarecimento de dúvidas e o debate sobre questões de interesse local. Com o deslocamento das sessões para diferentes regiões do município, busca-se atingir um público mais amplo, especialmente aqueles que, por questões geográficas ou financeiras, têm dificuldade em participar das sessões ordinárias realizadas na sede da Câmara. Outro ponto relevante é que a medida contribui para a ampliação da democracia e a inclusão social, ao garantir que todas as vozes da população, independentemente de sua localização, tenham a oportunidade de serem ouvidas. A presença dos vereadores nas comunidades permite ainda um maior conhecimento sobre os problemas locais e facilita a identificação de soluções mais adequadas às necessidades da população. Com a realização das sessões itinerantes, espera-se fortalecer o vínculo entre o poder legislativo e os cidadãos, promovendo um ambiente mais participativo e democrático, no qual as ações da Câmara Municipal reflitam as reais demandas da população de Diamantino. Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que visa a melhoria da comunicação, da transparência e da participação popular nas decisões legislativas do município."

É o relatório.



ASSESSORIA JURÍDICA

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Resumidamente, o projeto de lei visa autorizar a Câmara Municipal a realizar sessões itinerantes (art. 1º), em diferentes pontos do município, segundo calendário aprovado pela Mesa Diretora (art. 2º), com a previsão de ampla divulgação (art. 3º), respeitando as mesmas formalidades das sessões plenárias (art. 4º).

O funcionamento das sessões legislativas, incluindo sua organização, periodicidade e local de realização, é matéria tradicionalmente disciplinada pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, conforme estabelecem os arts. 51, III e 52, XII, da Constituição Federal, que confere às Casas Legislativas autonomia para estabelecer suas próprias regras regimentais.

Nesse contexto, o veículo normativo adequado é o Projeto de Resolução, pois é a proposição destinada a regulamentar matéria **político-administrativa da Câmara**, referentes a assuntos de economia interna da Câmara, perda de mandato do Vereador, destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros, **Regimento Interno, conforme capítulo especial** e deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, relativo às contas da Mesa da Câmara. (art. 206, R.I.).

Não por outra razão, o art. 116 do Regimento Interno ao definir as sessões da Câmara previu as sessões itinerantes, cuja validade é reafirmada através do §1º, do art. 1º.

A Sessão Itinerante é entendida como a sessão legislativa que ocorre fora da sede da Câmara Municipal, realizada em períodos, bairros, locais, dias e horários, definidos e divulgados previamente (art. 1º, §§1º e 4º, do R.I.).

Por sua vez, o §4º, do art. 1º, do Regimento Interno, estabelece os requisitos para a realização das sessões itinerantes, que serão realizadas **a critério da Mesa Diretora** ou por **requerimento de 1/3 dos Vereadores e aprovado por maioria absoluta dos seus membros, em períodos, bairros, locais, dias e horários** definidos e divulgados no mínimo com **30(trinta) dias de antecedência**.

No âmbito municipal, a **Lei Orgânica do Município** e o **Regimento Interno da Câmara** são os instrumentos normativos apropriados para dispor sobre a realização de sessões itinerantes.

Sendo assim, qualquer alteração nessa matéria deve observância ao princípio do paralelismo das formas, de modo que, em primeira análise, o projeto deveria tratar de alteração do Regimento Interno, utilizando-se de Resolução como veículo normativo para tanto, e não por meio de lei ordinária, seguindo o rito do art. 340 e seguintes do Regimento Interno Camarário.



ASSESSORIA JURÍDICA

Ademais, a criação de normas sobre temas já regulamentados gera um fenômeno conhecido como inflação legislativa, caracterizado pelo excesso de leis, muitas vezes sobrepostas, que dificultam a compreensão e aplicação do ordenamento jurídico.

A proliferação de leis desnecessárias pode resultar em três principais problemas: Dificuldade na Aplicação das Normas, Prejuízo à Transparência Legislativa, Comprometimento da Eficiência Legislativa.

O tema das sessões itinerantes já encontra respaldo no Regimento Interno da Câmara Municipal, de modo que a aprovação de nova norma sobre o assunto não traria benefícios concretos, apenas geraria insegurança jurídica e confusão normativa.

3. DA CONCLUSÃO

Em razão do exposto, considerando não ser a lei em sentido estrito, mas sim a Resolução, o veículo normativo adequado para tratar de matéria *interna corporis*, bem como para alterar o Regimento Interno, opino pelo não prosseguimento do processo legislativo atinente ao Projeto de Lei nº 008/2025.

Caso haja interesse na regulamentação das sessões itinerantes, para além do que já se encontra positivado, **recomenda-se a apresentação de Projeto de Resolução, que é o instrumento normativo adequado para a alteração do Regimento Interno da Casa Legislativa, nos termos do art. 340 e seguintes.**

Salienta-se que, o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para que seus membros elaborem o respectivo parecer.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 27 de fevereiro de 2025.

Aline Simony Stella - OAB/MT 16.673/O